

A CIDADE SOB A PERSPECTIVA DA INFÂNCIA: O IMPACTO DO ADULTOCENTRISMO NO DIREITO DAS CRIANÇAS AOS ESPAÇOS PÚBLICOS (ESPAÇOS E DIFERENÇAS: GÊNERO, RAÇA, ETNIA E DIVERSIDADE)

Isabelly Maciel de Souza

Graduanda, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Christus, | isabelly.m.souza@gmail.com

Stefany Andrade Fontes

Graduanda, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Christus | stefanyandrdefontes@gmail.com

Germana Pinheiro Câmara

Mestre, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Christus | germana.camara@unichristus.edu.br

Sessão Temática 11: Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade

Resumo: As cidades frequentemente são projetadas a partir de uma perspectiva adultocêntrica, o que resulta na exclusão das crianças dos espaços públicos e coletivos. Considerando a importância da inclusão e da acessibilidade no desenvolvimento urbano, esta pesquisa examina espaços públicos de lazer destinados à primeira infância na cidade de Fortaleza-CE, com base nos conceitos de infância, adultocentrismo e estratégias de desenho urbano voltadas para a perspectiva infantil. A partir de uma revisão bibliográfica, foi elaborada uma metodologia qualitativa para analisar espaços públicos de lazer voltados para as crianças. Foram selecionados dois locais: um parque naturalizado, idealizado pela prefeitura municipal para aproximar as crianças da natureza, e uma praça integrante de um programa estadual com foco na primeira infância. As análises revelaram que, embora esses espaços atendam parcialmente aos critérios estabelecidos, ainda há falhas e insuficiência de elementos que atendam integralmente às necessidades das crianças.

Palavras-chave: adultocentrismo; desenho urbano; espaço público; infância.

THE CITY FROM THE PERSPECTIVE OF CHILDHOOD: THE IMPACT OF ADULTOCENTRISM ON CHILDREN'S ACCESS TO PUBLIC SPACES

Abstract: *Cities are often designed from an adult-centric perspective, which results in the exclusion of children from public and collective spaces. Considering the importance of inclusion and accessibility in urban development, this research examines public leisure spaces intended for early childhood in the city of Fortaleza-CE, based on concepts of childhood, adult-centricity and urban design strategies focused on the child's perspective. Based on a literature review, a qualitative methodology was developed to analyze public leisure spaces aimed at children. Two locations were selected: a naturalized park, designed by the city government to bring children closer to nature, and a square that is part of a state program focused on early childhood. The analyses revealed that, although these spaces partially meet the established criteria, there are still gaps and insufficiencies in elements that fully meet the needs of children.*

Keywords: *adultcentrism; childhood; public place; urban design.*

LA CIUDAD DESDE LA PERSPECTIVA DE LA INFANCIA: EL IMPACTO DEL ADULTOCENTRISMO EN EL ACCESO DE LOS NIÑOS A LOS ESPACIOS PÚBLICOS

Resumen: *Las ciudades suelen diseñarse desde una perspectiva centrada en los adultos, lo que resulta en la exclusión de los niños de los espacios públicos y colectivos. Considerando la importancia de la inclusión y la accesibilidad en el desarrollo urbano, esta investigación examina los espacios públicos de ocio destinados a la primera infancia en la ciudad de Fortaleza-CE, a partir de los conceptos de infancia, adultocentrismo y estrategias de diseño urbano orientadas a la perspectiva del niño. A partir de una revisión bibliográfica se desarrolló una metodología cualitativa para analizar espacios públicos de ocio dirigidos a niños. Se seleccionaron dos ubicaciones: un parque naturalizado, diseñado por el ayuntamiento para acercar a los niños a la naturaleza, y una plaza que forma parte de un programa estatal centrado en la primera infancia. Los análisis revelaron que, si bien estos espacios cumplen parcialmente con los criterios establecidos, aún existen falencias y elementos insuficientes que satisfagan plenamente las necesidades de los niños.*

Palabras clave: *adultocentrismo; diseño urbano; espacio público; diseño urbano.*

INTRODUÇÃO

A primeira infância, período que abrange o nascimento até os 6 anos, é uma fase extremamente importante para o desenvolvimento de habilidades e moldagem dos valores fundamentais de uma sociedade. Por meio dos estímulos adequados, as vivências da primeira infância podem influenciar positivamente em muitos aspectos do desenvolvimento do indivíduo ao longo da vida, impactando nos processos de aprendizagens e comportamentos (Brites, 2020). O desenvolvimento da sensibilidade das pessoas com o meio urbano também ocorre durante a primeira infância, sendo importante promover a participação ativa das crianças na vida urbana e lhes proporcionar espaços adequados para suas necessidades, assegurando assim a existência da criança enquanto sujeito e cidadão (Loeb; Lima, 2021).

Sob essa perspectiva, é necessário garantir que a cidade seja palco de inclusão das crianças na vida cotidiana, proporcionando espaços que estimulem o desenvolvimento de habilidades e autonomia, garantindo acessibilidade e segurança. No entanto, os espaços públicos refletem a perspectiva adultocêntrica da sociedade, de modo que os interesses dos adultos são colocados acima das reais necessidades e demandas das crianças. Com isso, surgem os questionamentos: como seria um espaço público desenvolvido sob a perspectiva da primeira infância? Como a cidade de Fortaleza vem proporcionando inclusão, segurança e possibilidades para as crianças?

Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é analisar espaços públicos de lazer voltados para a primeira infância na cidade de Fortaleza com base nos conceitos relacionados ao desenvolvimento infantil. Assim, os objetivos específicos são: realizar uma revisão bibliográfica de artigos, dissertações, teses e livros com temáticas pertinentes à primeira infância e ao desenvolvimento dos espaços públicos sob a perspectiva das crianças; compreender a construção da concepção de infância; compreender os planos, políticas e legislações que contemplem a primeira infância; conceituar o adultocentrismo e entender como ele afeta a construção do espaço urbano; entender a importância do brincar livre para o desenvolvimento dos indivíduos; apresentar os conceitos de desenho urbano do Urban 95 para a primeira infância; desenvolver uma metodologia de análise dos espaços públicos voltados à primeira infância.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado nas seguintes etapas: (1) Revisão bibliográfica de teses, livros, artigos, dissertações, legislações, planos e políticas relacionadas à primeira infância e às relações entre criança e espaço público, com destaque para a compreensão do conceito de adultocentrismo e como este se reflete na cidade e na sociedade, a construção de espaços públicos adequados para a criança, a existência de espaços adultocêntricos e a importância de adequação dos espaços públicos para a criança; (2) Desenvolvimento de uma metodologia de avaliação qualitativa dos espaços, com base em conceitos relacionados ao desenvolvimento infantil; (3) Análise qualitativa de espaços voltados para as crianças em

Fortaleza; (4) Desenvolvimento de um artigo e posterior divulgação na comunidade acadêmica por meio de publicação científica.

A CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

O papel da criança na sociedade mudou ao longo da história da humanidade. Até o século XII, não se tinha uma clara concepção acerca da infância e nem um amplo interesse em compreender essa fase da vida e suas particularidades. As crianças eram representadas e vistas como miniaturas dos adultos e, a partir do momento em que se verificava que a criança não corria risco imediato de vida, essa passava a ser vista como um indivíduo apto para trabalhar (Ariès, 1981).

Colin Heywood (2004) destaca que é importante buscar diferentes concepções sobre a infância em diferentes tempos e lugares, pois buscar a ausência ou a presença do sentimento de infância em um ou outro período da história seria simplista. Além disso, Polgar, Anguelosvki e Connoly (2020) afirmam que a definição de infância pode variar de acordo com a região, cultura, gênero, raça, idade, classe e habilidades físicas e mentais. Desse modo, é importante considerar o contexto histórico no qual o Brasil esteve inserido desde a sua formação, para que seja possível entender como se deu a construção da infância no cenário brasileiro. Com isso, para além dos estudos pioneiros internacionais sobre infância, é importante dar atenção à bibliografia nacional que explore essa temática.

Ainda considerando os estudos pioneiros de Ariès (1981) pode-se dizer que foi somente no século XVII que houve uma moderada mudança de percepção da criança em comparação ao adulto. O autor menciona a distinção de trajes infantis dos adultos como um fator marcante para o entendimento da criança como um sujeito distinto do adulto. Heywood (2004) destaca que, aos 7 anos, marcava-se uma forte transformação na vida das crianças, de modo que, para além dos trajes, eram-lhes atribuídas responsabilidades e ampliadas as relações sociais, seja pela entrada no mundo do trabalho ou do estudo.

Surgem debates, posteriores à Revolução Industrial, acerca dos abusos das fábricas sobre as crianças, o que levou à discussão e formulação de leis que regulamentassem o trabalho infantil e seus efeitos (Heywood, 2004). O autor afirma, ainda, que esse cenário, aliado às discussões acerca das vulnerabilidades da criança e à visão da escola como um ambiente de grande importância para as fases iniciais da vida, contribuem para a formação de uma concepção moderna da infância.

Esse entendimento da criança como um ser capaz de desempenhar atividades lucrativas distingue-se completamente do entendimento que a sociedade atual tem sobre a criança, visto que, para além das preocupações relativas ao cuidado e à segurança dessas, criou-se um forte estigma sobre esses indivíduos serem extremamente frágeis e incapazes de realizar atividades consideradas produtivas para a sociedade, o que fortaleceu a ideia de que as crianças são inferiores aos adultos (Polgar, Anguelosvki e Connoly, 2020).

Olhando para a bibliografia nacional, a pesquisadora brasileira Del Priore (2010) realiza uma análise da construção da infância no Brasil, explorando como se deu a influência das estruturas de poder sobre as crianças. A autora diz que milhares de crianças tiveram que se transformar, precocemente, em gente grande, em decorrência da atuação negligente de instituições como a Igreja, as escolas, os asilos, além da legislação e do próprio sistema econômico.

Constituindo-se como um país pobre e com forte herança colonial, o Brasil configura-se como um espaço em que as desigualdades sociais e a conseqüente vulnerabilidade de determinadas classes influenciaram nos processos de adultização e silenciamento histórico da criança brasileira (Del Priore, 2010).

Foi a voz dos adultos que registrou, ou calou, sobre a existência dos pequenos, possibilitando ao historiador escutar esse passado através de seus registros e entonações: seja através das cartas jesuíticas, relatando o esforço de catequese e normalização de crianças indígenas, ou a correspondência das autoridades coloniais sobre a vida nas ruas, pano de fundo para as crianças mulatas e escravas. Seja através das narrativas dos viajantes estrangeiros, dos textos de sanitaristas e de educadores, dos Códigos de Menores, dos jornais anarquistas, dos censos do IBGE etc. (DEL PRIORE, 2010).

Em busca por uma definição do que é uma criança, a pesquisadora brasileira Clarice Cohn (2013) se propôs a investigar a construção da infância em comunidades indígenas. Em seus estudos, a autora fala sobre como a antropologia é importante para entender os modos de ser criança que nem sempre são reconhecidos por políticas públicas de saúde.

Por isso, a concepção de infância deve ser sempre considerada nas duas pontas das pesquisas em antropologia que fala de e com crianças – aquela que avalia o lugar da criança e trata de seus direitos, das políticas públicas a elas voltadas, de ações educacionais etc. e aquela que atenta para o ponto de vista das crianças. Se nem todos podemos ver ambos os lados ao mesmo tempo, ou todos os lados destas realidades multifacetadas, ao menos devemos ter isso em mente: que as ações voltadas às crianças e o lugar que lhes é destinado são definidos por concepções de infância na mesma medida em que o modo como as crianças atuam e o que elas pensam do mundo acontece a partir (mesmo que contra) desta posição que lhes é oferecida e que elas conhecem e reconhecem (COHN, 2013, p.239).

Nesse sentido, é possível concluir que a concepção de infância pode divergir de acordo com o contexto na qual uma sociedade está inserida. Tem-se uma mudança de panorama sobre a imagem da criança na sociedade a partir do momento em que se começa a questionar as condições às quais esses indivíduos eram submetidos nas fábricas. Passa-se de um cenário em que não havia discussões sobre o entendimento da infância para uma época em que surgem legislações que buscam regulamentar as atividades trabalhistas das crianças. Para entender como a percepção da criança como um sujeito capaz de formular suas próprias percepções e necessidades tem evoluído ao longo do tempo, é necessário realizar, também, uma análise das legislações existentes que tratem dos direitos e proteção da primeira

infância. Para isso, o próximo tópico busca traçar um histórico e documentação dessas legislações.

A CRIANÇA COMO CIDADÃ

Diferentes proposições políticas e jurídicas surgiram com o objetivo de defender a criança como sujeito de direitos, tanto na esfera internacional, como na nacional e na local. Em 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu princípios gerais para a proteção das crianças, promulgando a Declaração dos Direitos da Criança. Essa Carta, apesar de estimular as autoridades locais e os governos nacionais a reconhecerem os direitos das crianças por meio de medidas legislativas progressivamente instituídas, não possui força legal (UNICEF, 2019).

Em 1989, a Assembleia Geral da ONU realizou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), de modo a estabelecer os direitos fundamentais das crianças e a enfatizar a proteção e o cuidado que se deve ter com essas desde o nascimento. A CDC é considerada o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal, sendo ratificada pelo Brasil em 1990 (UNICEF, 2019).

É importante destacar, também, a atuação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) criado pela ONU em 1946 para fornecer assistência emergencial para as crianças no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China. Hoje, o UNICEF é guiado pela CDC e é considerado o principal defensor global dos direitos das crianças, tendo sido ratificado no Brasil em 1990 (UNICEF, 2019).

No Brasil, as pautas relativas à infância foram fortalecidas com a Constituição Federal (Brasil, 1988), que estabeleceu, em seu Art. 227, que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Ainda na esfera nacional, tem-se a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, (BRASIL, 1990), que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, e estabelece princípios relacionados à garantia dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Um destes princípios é a Participação Ativa, que autoriza o direito das crianças e dos adolescentes participarem ativamente das questões que afetam suas vidas, incluindo o direito de ser ouvido, de expressar suas opiniões e de ser consultado em assuntos que os envolvem, de acordo com a sua capacidade e compreensão.

Foi criado, em 2010, o Plano Nacional pela Primeira Infância, que esteve vigente até o ano de 2022 e que se constituiu como uma estratégia do governo para promover o desenvolvimento saudável das crianças de até 06 anos de idade, de modo a considerar as diversidades das crianças e a entender a criança como um sujeito de direitos (BRASIL, 2010).

Em 2013, o Ministério da Educação, juntamente à Secretaria de Educação Básica, criou, com a Lei nº 12.796/2013, a Política Nacional de Educação Infantil, estabelecendo diretrizes, objetivos, metas e estratégias para garantir que as crianças de 0 a 6 anos tenham acesso à educação (BRASIL, 2013).

Em 2016, é promulgado o Marco Legal da Primeira Infância, lei nº 13.257/2016, dedicada a crianças de 0 a 6 anos. Essa lei, também conhecida como Lei da Primeira Infância, estabelece princípios e diretrizes para garantir que políticas públicas voltadas às crianças sejam formuladas e implementadas. A lei traz, em seu Art. 5, as áreas prioritárias para elaboração de políticas públicas voltadas à primeira infância, como: a saúde, a alimentação, a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, o brincar, o lazer, o espaço, o meio ambiente, além da proteção contra violências, acidentes e pressões consumistas mercadológicas (BRASIL, 2016).

Fortaleza é a primeira capital brasileira a possuir um plano com base legal focado na primeira infância, de 2014, o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), Lei Municipal Nº 10.221/2014, que foi atualizado em 2021 por meio da cooperação entre o Instituto da Infância (IFAN) e a Fundação Bernard Van Leer, sendo sancionado em 2022 como a Lei nº 0117/2022. No contexto estadual, pode-se citar o Programa Mais Infância, de 2015, sancionado como política pública em 2021, objetivando promover políticas e ações para assegurar o desenvolvimento das crianças.

Em síntese, pode-se notar a importância da existência de legislações, planos e políticas específicas que busquem proteger e garantir um desenvolvimento adequado para a primeira infância. Além disso, é válido ressaltar sobre como a existência dessas leis revelam a mudança de paradigma sobre a imagem da criança na sociedade. A criança, vista na antiguidade como uma extensão dos adultos e como indivíduos aptos a gerar lucros (Ariés, 1981), passa a ser entendida como um indivíduo dotado de direitos e necessidades.

Para Francesco Tonucci (2020), a criança, ao expressar suas necessidades, representa as necessidades de todos os cidadãos, constituindo-se como um paradigma de cidade boa para todos. Desse modo, fortalecer e garantir a participação das crianças na administração da cidade é um ganho para a sociedade como um todo e, para isso, é importante que os governos, juntamente ao corpo social, fortaleçam a imagem da criança como um sujeito cidadão dotado de capacidades e direitos.

O ADULTOCENTRISMO

Reconhecido inicialmente em 1978, pelo psicólogo Jack Flasher como “adultismo”, o adultocentrismo é uma prática social na qual os adultos tendem a se sentir constantemente superiores às crianças, retirando sua liberdade e direitos de escolha, além disso, é um efeito que segue até a vida adulta, causando o menosprezo de pessoas mais jovens e um ciclo vicioso desse sentimento de superioridade, com pessoas que tenham passado pela

experiência durante a infância possuindo uma maior possibilidade de repassar esse mesmo comportamento (Flasher, 1978).

Assim como o entendimento da infância, o tema do adultocentrismo é complexo, sendo pouco discutido fora do meio acadêmico, mas com grandes consequências na sociedade. Segundo Faria e Santiago, este movimento possui uma tendência a observar as crianças como aquilo que têm potencial a ser, quando adultos, colocando uma expectativa no que elas se tornarão, assim, deixando de lado o que elas são e não as reconhecendo como indivíduo, desta forma, são vistas apenas como “‘consumidoras’ do universo adulto” (Faria, Santiago, 2015).

De acordo com Foucault (1999, apud. Faria, Santiago, 2015, p. 854), “toda relação humana é, até certo ponto, uma relação de poder” assim, dentro da relação entre a criança e o adulto, o segundo exerce a função de poder, com uma tendência a posicionar-se de maneira superior à criança, observando-a conseqüentemente como inferior, desvalorizando sua linguagem própria e visão de mundo. A contraposição a isso, seria a visibilidade da criança dentro de seu próprio contexto, de suas relações sociais como indivíduos e suas linguagens próprias, que podem se expressar por qualquer um dos sentidos, por contato físico, mordidas, choros e linguagens verbais e não verbais (Faria, Santiago, 2015).

Contudo, observa-se na sociedade a valorização de crianças com comportamentos menos “infantis”, ou seja, que reproduzem o comportamento adulto. Neste sentido, de modo semelhante ao que Àries (1981) destaca que não haviam vestimentas específicas para crianças antes do século XVII. Ainda existe uma tendência de produzir miniaturas de roupas de adulto para vestir crianças, de modo que, segundo Postman (2006), após um período em que foi marcada a diferença entre as vestimentas com base nas fases da vida, as roupas infantis praticamente desapareceram, vestindo novamente as crianças como uma mimese dos mais velhos, proporcionalmente, em outras áreas, o espaço da criança que vive a infância, é provocando uma adultização e muitas vezes, uma imagem sexualizada destas, como narra o autor:

No momento em que escrevo, garotas de doze e treze anos estão entre as modelos mais bem pagas dos Estados Unidos. Nos anúncios de todos os meios de comunicação visual são apresentadas ao público como se fossem mulheres adultas espertas e sexualmente atraentes, completamente à vontade num ambiente de erotismo. (Postman, 2006, p. 17)

Postman, destaca ainda que esse comportamento representa uma “pornografia velada” dentro da sociedade, demonstrando que além das crianças muitas vezes não possuem o tratamento mais adequado a elas, com os adultos exercendo funções que deveriam estar ligada apenas ao próprio indivíduo por julgar ter mais experiência, ainda falham em protegê-las, visto que, por meio destas ações, as colocam em risco.

Ademais, fora da questão de vestimenta, em geral, crianças com comportamentos mais próximos dos adultos, são vistas como mais espertas, e mais inteligentes, assim como é discutido por Àries (1981), a criança continua a ser vista como um potencial adulto, e a infância

como fase de preparação para a fase adulta (Neu; Berzele, Kuns, 2015), assim, estes traços são sempre vistos como conquistas, uma confirmação de que estão atendendo aos interesses dos adultos.

A criança só passa a ser valorizada, como já foi relatado, a partir da crise do capitalismo, em que estes seres em formação poderiam ser moldados e ajustados da melhor forma possível, para atenderem aos interesses dos pais, país, ou seja, ao futuro da família e da sociedade. (Neu; Berzele, Kuns, 2015, p. 4)

Estas relações, influenciam no desenvolvimento físico dos ambientes, a princípio, considerando que eles devem ser preparados para os adultos: ou seja, falando de um espaço comum, pensa-se em primeiro lugar no “homem”, cria-se com base em uma ergonomia relativa a um padrão antropométrico do homem, em destaque o europeu, mantendo-os em uma escala maior que as crianças, limitando suas ações individuais, tornando-as dependentes dos adultos mesmo para necessidades básicas, por exemplo, acessar a um bebedouro. Outras vezes, em espaços públicos e privados, seu espaço é reservado e limitado, às vezes por barreiras físicas, por meio de cercas ou espaços fechados destinados a manter as crianças separadas dos adultos ou, como tem ocorrido ultimamente, com proibições à frequência deste público, apropriando-se do termo “*childfree*”, para indicar um espaço “livre de crianças”, promovendo uma segregação de um público que busca distância de indivíduos na fase da infância que não ocorre por motivos legais, como alguns estabelecimentos previstos por lei, mas da vontade do proprietário de vender ambientes mais tranquilos, calmos e românticos (Silveira, Camargo, 2021) a um público que está disposto a evitar as crianças, colocando-as em posição de incômodo e excluindo-as da participação nestes.

Segundo Ciribelli, Souza e Freitas (2021), o significado de *childfree* em seu surgimento nos anos 70 representava uma pessoa que escolhia voluntariamente não ter filhos, no entanto ocorreu uma mudança da compreensão deste termo. Enquanto isso, segundo o artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trata do direito à liberdade, é compreendido como pertencente a este “ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais”, assim, por meio da exclusão das crianças de espaços que não estão contemplados pelas restrições previstas por lei, o direito a liberdade destas é ferido.

A CIDADE ADULTOCÊNTRICA

Um entendimento popular intergeracional comum entre os habitantes de Fortaleza é a percepção de que houve um momento em que a cidade era mais “segura”, quando era comum o hábito dos adultos se reunirem nas calçadas e conversar e as crianças poderiam passar os dias brincando nas ruas e transitar livremente entre os locais que desejassem ir. De fato, as gerações anteriores possuíam uma liberdade maior em meio à cidade em comparação às mais recentes, visto que apenas nos anos 70 e 80 iniciou-se um processo de preocupação em relação à segurança das crianças dentro das cidades (Trevisan et al., 2022). Neste ponto, a solução encontrada para manter sua segurança foi reduzir o seu acesso à cidade, retirando

os espaços que a pertenciam, por exemplo, os parques infantis (Trevisan et al., 2022). Além disso, Tim Gill (2007) relata um processo chamado “the shrinking horizons of childhood” ou seja, “os horizontes cada vez menores da infância” que segundo o autor isso se deve ao sentimento da necessidade de buscar pela segurança destas, julgando realizar isso por motivos justos (Gill, 2007).

Na atualidade, entra ainda outro fator: o uso dos aparelhos eletrônicos como meio de diversão para muitas crianças, mesmo causando riscos para a saúde física e mental delas, ainda é mais aceito como método de lazer pelos pais do que a vida nas cidades, como uma compensação pela falta de interação com a rua existente nas gerações anteriores (Gill, 2007). No entanto, não é possível afirmar que a única diferença existente é o comportamento de controle dos adultos com as crianças em relação à cidade, afinal, esta passa por constantes transformações, que podem favorecer ou não a permanência das crianças nas ruas.

No caso de Fortaleza, sua urbanização inicia-se no século XIX, com as migrações da população sertaneja para a capital devido às secas, promovendo um grande aumento populacional. Costa (2008) avalia o urbanismo como um processo de mudança de comportamento e de costumes que se tornem algo mais “urbano”, o que curiosamente não foi possível atingir neste período, visto que, os migrantes mantinham ainda fortemente os costumes rurais (Costa, 2008).

O efeito disso para a formação da cidade foi o crescimento desordenado e uma sociedade com influências de costumes rurais na forma de ocupar este espaço, que apesar de incomodar aqueles que faziam parte da cidade há tempos, representa uma forma de uso mais livre, com um sentimento de pertencimento tão grande que se torna necessário a criação de códigos de conduta para a organização dessa nova sociedade (Costa, 2008).

Por outro lado, os anos seguintes foram de um grande crescimento e expansão desta mancha urbana de maneira desordenada, o que promoveu grandes problemas de mobilidade a partir do início do século XX (Muniz, 2006). Assim, no ano de 1933, sentiu-se a necessidade de criar planos diretores, que apesar de idealizarem uma cidade que se desenvolve considerando a parte humana pertencente, falharam em sua aplicação (Muniz, 2006), permitindo que os problemas urbanos fossem mantidos, assim como a desordenação, que transformou a malha urbana da cidade em um local hostil aos pedestres e com grandes problemas de mobilidade de uma forma geral, que incentivam que outras ações que favoreçam os veículos automotores ainda sejam realizadas.

Desta forma, criou-se uma cidade fragmentada, separada por diversas inseguranças, capazes de explicar o esvaziamento dos espaços urbanos de forma mais efetiva. Neste sentido, Jane Jacobs (1961) apresenta dois conceitos relevantes, as “fronteiras”, representadas por vias de alto tráfego que buscam solucionar a questão da mobilidade e por linhas ferroviárias, como a do VLT e metrô, que dividem os bairros, dificultam acessos e segregam pessoas. E o conceito dos “olhos para as ruas” (Jacobs, 1961) que corresponde a falta de estímulo de uso para as ruas, por exemplo, no caso de locais com uso único, que em determinado período do dia estão

vazios, e ainda, atualmente podemos citar dois agravantes: as tecnologias, que servem como incentivo para que muitos não saiam de casa, e a pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, que induziu as pessoas a passarem mais tempo em casa do que seria comum anteriormente.

Assim, é possível verificar que as mudanças que definem este panorama defendido por Gill (2007), não estão presentes apenas no pensamento dos pais e cuidadores, mas representam um sentimento causado por grandes mudanças culturais e na forma como a cidade organizou-se com o passar dos anos, ou seja, a situação atual das cidades, está relacionada a um histórico de desenvolvimento urbano que pouco incentivou o uso dos espaços urbanos como áreas “para as pessoas” em um geral, e de forma mais reduzida, incentivou o uso por particularidades, como o caso das crianças.

A CRIANÇA E O BRINCAR LIVRE

Cada vez mais estudos científicos demonstram que a primeira infância, período que vai do nascimento aos 6 anos, se constitui como uma etapa fundamental para o desenvolvimento de diversas habilidades, sendo apelidada por muitos como o “intervalo de ouro” da criança. Com os estímulos adequados, a fase inicial da infância pode determinar de forma positiva muitos aspectos do desenvolvimento do indivíduo ao longo da vida, de forma que todas as experiências vividas nos primeiros anos de vida vão impactar a aprendizagem e os comportamentos na adolescência e na vida adulta (Brites, 2020).

Investir nas crianças pode ser considerado um esforço eficaz que os países podem empreender com foco na redução de desigualdades, haja vista que o investimento na infância, segundo pesquisas nacionais e internacionais, promove benefícios duradouros para toda a sociedade, formando cidadãos mais capacitados. (Santana, 2022). Além disso, a neurociência comprova que o cérebro é influenciado pelas condicionantes ambientais, abrangendo a forma de criação, os estímulos e os cuidados que uma criança recebe (Dodge; Martins, 2021).

Considerando essa influência das condicionantes ambientais, é importante compreender como a relação da criança com o meio urbano pode impactar o seu desenvolvimento e a sociedade como um todo e, para isso, também é necessário compreender a importância do brincar para a construção social de um indivíduo enquanto sujeito e cidadão. Nesse sentido, o presente tópico busca expor, também, quais as condições espaciais ideais para assegurar uma relação positiva entre a criança e a cidade, explorando recomendações e diretrizes existentes acerca dessa temática.

Brincar se constitui como uma ferramenta com a qual as crianças aprendem a viver, desenvolvendo-se enquanto sujeito. É por meio das brincadeiras que a criança aplica os recursos que ela se apropriou em ambientes culturais concretos, como o lar, a vizinhança e a cidade, aprendendo a explorar o mundo, ampliar suas percepções, organizar os pensamentos, trabalhar os afetos e desenvolver sensibilidade (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2015).

Faz-se importante, também, destacar a importância do brincar na natureza, haja vista que o contato com os ambientes naturais gera resultados positivos para a formação das crianças, contribuindo com a sensação de bem-estar, níveis de aptidão, resiliência, habilidades motoras e cognitivas. O brincar na natureza também contribui para a construção do sentimento de pertencimento, oferecendo oportunidades para que toda a comunidade possa interagir (Dodge; Martins, 2021). Ao contrário disso, as autoras afirmam que as crianças, na cidade, têm tido cada vez menos oportunidades de interagir com os ambientes naturais, o que pode gerar graves consequências para o desenvolvimento (Dodge; Martins, 2021).

Sarmento (2018) afirma que o próprio ato de brincar na cidade é controlado por meio de regras impostas pelos adultos, limitando a inventividade e a criatividade das crianças e prejudicando o desenvolvimento da autonomia. Fortalecendo essa problemática, Leverett (2011) afirma que a domesticação - designação adotada pelo autor para caracterizar o controle realizado pelos adultos sobre o conjunto de atividades realizadas pelas crianças no espaço público - constitui-se como um fator de restrição do direito de brincar das crianças.

Desse modo, o direito de brincar, consagrado em lei internacional no artigo 31 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e estando contido na Constituição Federal (artigo 227), no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e no Marco Legal da Primeira Infância, tem sido negligenciado pelo controle excessivo imposto pela sociedade sobre as crianças e pela falta de conscientização da população acerca da importância de garantir o exercício do brincar livre.

O ESPAÇO PÚBLICO PARA A CRIANÇA

De um modo geral, podemos afirmar que o espaço público adequado para as crianças seria aquele capaz de suprir as suas necessidades ao menos tão bem quanto a dos adultos, considerando não apenas as fisiológicas, mas aquelas que promovem o desenvolvimento da criança enquanto cidadã.

Com o objetivo de desenvolver políticas públicas com foco na primeira infância e conhecida por criar parâmetros que indicam como uma cidade poderia ser mais amigável para a infância, a iniciativa Urban 95 (IAB, 2021) propõe uma avaliação dos espaços urbanos a partir da perspectiva de altura de 95 centímetros, ou seja, do ponto de vista médio de uma criança de 3 anos. O projeto propõe ainda que uma cidade segura para as crianças é uma cidade segura para todos, assim, o objetivo de pensar em um planejamento urbano com foco na infância traz benefícios para todos, promovendo uma cidade mais "humanizada".

A principal ação realizada pelo Urban 95 para alcançar seus objetivos é a divulgação de manuais que buscam inspirar órgãos públicos a promover o desenvolvimento da primeira infância, possuindo uma biblioteca com diversos guias que podem ser aderidos e inseridos em meio a políticas públicas pelos gestores, além de prestarem apoio às prefeituras que aderem ao projeto.

No Brasil, a Fundação Bernard Van Leer, responsável pela iniciativa Urban 95, junto ao Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB, 2021), redigiu uma série de manuais que tinham como objetivo apresentar propostas capazes de tornar um bairro “amigo da criança”, tratando desde estrutura até os indicadores de monitoramento. No volume 3 destes manuais, a temática trata dos desenhos de espaços urbanos para a primeira infância, que serão de grande importância para a análise proposta.

Fortaleza é uma das cidades brasileiras que aderiu a essa iniciativa publicando em 2022, com base em parâmetros apresentados pelo Urban 95, o Plano Municipal da Primeira Infância de Fortaleza - PMPIF. Este plano avalia diversos fatores em diferentes áreas relacionadas à infância. Entre eles, é feito um levantamento e análise dos espaços urbanos voltados à primeira infância, sendo este um dos principais eixos deste plano.

A versão atualizada divulgada em 2022 do PMPIF utiliza como base teórica o Plano Nacional pela Primeira Infância, inspirado no documento da UNICEF lançado em 2002, “Um mundo para as crianças” (PMPIF, 2022). Além disso, contou com o apoio de vários órgãos públicos nas suas discussões, resultando em um plano com seis eixos temáticos, sendo eles: saúde, educação, assistência social, cidadania, o espaço e o direito de brincar e meio ambiente e sustentabilidade. Para a construção de um bom espaço público para as crianças, os dois últimos eixos são de grande importância.

Nestes tópicos, são citadas diretrizes que propõe especialmente a criação de programas e ações que seriam benéficas para o desenvolvimento da primeira infância, incluindo a promoção de eventos em espaços públicos dedicados tanto às crianças, quanto aos idosos, como forma de promover um encontro entre gerações, criação de caminhos com mais segurança viária para as crianças, implementação de bicicletas para crianças para incentivo do uso do transporte não motorizado, criação de espaços compartilhados com o apoio de lideranças comunitárias, desenvolvimento dos microparques urbanos e a proposta de requalificação de espaços ociosos da malha urbana (PMPIF, 2022).

Com base nos indicadores abordados pelos guias da Urban 95 (IAB, 2021), nas diretrizes citadas pelo PMPIF e nos estudos teóricos realizados ao longo desta pesquisa acerca das necessidades da criança, foram definidos parâmetros de avaliação do espaço público sob a perspectiva da primeira infância, para que seja possível realizar uma análise qualitativa dos espaços escolhidos para o estudo de caso. Desse modo, os parâmetros considerados, bem como o objetivo e a justificativa da escolha desses se apresenta no Quadro 1.

A partir desses parâmetros, definimos quais os aspectos e elementos a serem considerados na análise dos espaços, constituindo o que chamamos de indicadores. Desse modo, os parâmetros reúnem indicadores avaliativos que servem como um meio para analisar a qualidade dos ambientes que serão estudados e a influência desses espaços sobre o desenvolvimento das crianças. Esses parâmetros e indicadores foram estruturados em formato de uma ficha de avaliação, a ser preenchida conforme a análise dos espaços (Quadro 2).

Quadro 1: Parâmetros de avaliação dos espaços sob a perspectiva de primeira infância

Parâmetro	Objetivo	Descrição	Fonte
Capacidade de servir às necessidades básicas	Avaliar quais necessidades básicas podem ser solucionadas dentro dos espaços.	Checar, por exemplo, se existem bebedouros, sanitários acessíveis, trocadores, pontos para lavar as mãos e espaços apropriados para fazer refeições.	Elaborado pelas autoras
Escala da criança	Verificar se existem equipamentos que estão adaptados ao uso por crianças menores, especialmente mobiliários e sinalizações.	Avaliar se existem mobiliários focados nas crianças, se as sinalizações podem ser percebidas por elas ou somente por adultos; analisar, por exemplo, se os brinquedos existentes contemplam as crianças de todas as idades com segurança.	Elaborado pelas autoras
Contato com a natureza	Verificar o quanto de contato com a natureza é promovido pelo ambiente, se há a presença de vegetações, pisos naturais, fontes de água.	Contato regular com a natureza para brincar, se exercitar e descansar, tanto para crianças como para cuidadores. Brincar com elementos naturais contribui para um melhor desenvolvimento das habilidades motoras, enquanto áreas verdes encorajam a exploração. Para os cuidadores, ambientes naturais contribuem com uma melhor saúde mental.	Urban 95
Qualidade da pavimentação	Avaliar o quanto a paginação de piso é capaz de estimular as crianças, explorando a criatividade e promovendo segurança e acessibilidade	A paginação de piso, quando diversificada e realizada de forma acessível, segura e lúdica, possui o potencial de estimular as crianças, proporcionando contato com diferentes texturas, materiais, além de gerar caminhos e possibilidades criativas.	Elaborado pelas autoras
Manutenção do espaço	Avaliar o nível de manutenção dos espaços e dos equipamentos presentes neste.	Para um brincar seguro, é fundamental que as cidades cuidem da manutenção e limpeza dos espaços naturais para minimizar riscos, como o de animais abandonados ou insetos transmissores de doenças (Urban 95).	Urban 95
Rotas seguras e acessíveis	Avaliar a qualidade das rotas dentro de um raio caminhável em relação ao equipamento.	Ruas planejadas sob a perspectiva de bebês e crianças devem considerar fatores de segurança, como calçadas largas e regulares, faixas de pedestre bem-sinalizadas, iluminadas e limpas (Urban 95).	Urban 95
Qualidade dos brinquedos	Avaliar se os brinquedos existentes têm o potencial de estimular o desenvolvimento de habilidades em diversas fases da infância, permitindo e incentivando o brincar livre, seguro e acessível.	Brinquedos que estimulam o brincar livre e desestruturado possuem potencial de estimular a imaginação e criatividade das crianças, proporcionando maior nível de desafios. Romper com a lógica monótona, estruturada e vigiada dos parquinhos é benéfico para assegurar o desenvolvimento de autonomia.	Elaborado pelas autoras

Fonte: as autoras.

Quadro 2: Ficha de avaliação

Parâmetro	Indicadores	Não há	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Comentários
Capacidade de servir às necessidades básicas	O equipamento possui bebedouros						
	O equipamento possui banheiros						
	O equipamento possui banheiros infantis						
	O equipamento possui fraldários						
Escala da criança	Os visuais do ambiente seriam agradáveis a uma altura de 95cm?						
	Existem mobiliários na escala infantil e direcionadas às crianças?						
	Existem sinalizações na escala infantil e direcionadas as crianças?						
Contato com a natureza	Existem árvores neste local que são capazes de promover sombra.						
	O espaço promove um bom contato com a natureza.						
Qualidade da pavimentação	A paginação de piso é capaz de estimular a criatividade das crianças neste espaço.						
	A pavimentação é adequada, acessível e segura.						
Manutenção do espaço	Os equipamentos estão em boa qualidade						
	A limpeza urbana é satisfatória						
	A manutenção das vegetações é satisfatória						
	A iluminação pública é suficiente						
Rotas seguras e acessíveis	As calçadas são adequadas e acessíveis.						
	Travessias para pedestres são bem posicionadas, seguras e sinalizadas.						
	O espaço é acessível, com rampas em seu entorno permitindo o acesso por pessoas em cadeiras de rodas e carrinhos de bebê.						
	A sinalização das faixas de pedestre é satisfatória.						

	Existem estratégias para proteção do pedestre em relação ao tráfego.						
Qualidade dos brinquedos	Os brinquedos têm a capacidade de desenvolver habilidades em diversas fases da infância, permitindo e incentivando o brincar						
	Os equipamentos são seguros e adequados para as crianças						

Fonte: as autoras.

Quanto aos equipamentos escolhidos para a análise, foram escolhidos dois tipos de espaço público que tem a proposta de servir ao público infantil: uma praça que busca atender ao público infantil, sendo a Praça Mais Infância da Serrinha e um parque naturalizado que possui a proposta de trazer um pequeno contato com ambientes mais naturais e equipamentos que colaborem com o desenvolvimento da criança na primeira infância, o Microparque Professor Rosely, no Mondubim.

ANÁLISE QUALITATIVA DE ESPAÇOS PÚBLICOS VOLTADOS PARA CRIANÇAS

A análise qualitativa dos espaços foi realizada em duas etapas. A primeira consistiu em verificar o entorno dos espaços, considerando um raio de 400 metros, com base nos parâmetros da Urban 95 (IAB, 2021). A partir disso, foi avaliada a qualidade do entorno, com base em três principais aspectos: uso do solo, segurança viária/acessos e a existência de outros tipos de equipamentos no entorno.

Em uso de solo, foram separadas três classificações: residenciais, não residenciais e vazios urbanos, buscando verificar se existe uma boa área de residências sendo atendida pelos equipamentos, se existe uso misto do solo e se há vazios que prejudiquem a caminhada para o objeto de estudo. Na segurança viária/acessos foram verificados as tipologias viárias, semáforos, travessias redutoras de velocidade, pontos de ônibus, ciclovias e ciclofaixas. Quanto à verificação de outros equipamentos, considerou-se a busca por equipamentos de educação, saúde, lazer e de assistência social na área. De modo geral, alguns destes parâmetros não aparecem nos mapas, devido a sua inexistência na área.

A segunda etapa de análise se configurou como uma visita ao local e avaliação do espaço com base nos parâmetros e indicadores mostrados no tópico anterior, que foram estruturados em forma de fichas de avaliação, preenchidas conforme a situação dos espaços estudados.

MICROPARQUE PROFESSOR ROSELY

Inaugurado em novembro de 2023, o Microparque Professor Rosely, parte de um programa da prefeitura para a instalação de micro parques urbanos utilizando fundamentos do Urban 95, possui uma boa implantação, contando com uma escola de ensino fundamental, uma creche e uma unidade básica de saúde no mesmo quarteirão. As vias próximas a ele são especialmente locais e o uso residencial, vias arteriais e coletoras nas margens do raio de entorno e alguns outros usos de solo que mantêm um uso misto interessante na área. Além disso, há uma ciclofaixa junto à via coletora situada mais ao norte (Av. Benjamim Brasil), e uma ciclovia situada na avenida arterial a oeste (Av. Godofredo Maciel). Junto a isso, os quarteirões são bem divididos, tornando a caminhada um pouco mais agradável, assim como o uso de bicicleta.

Além disso, tratando-se do uso de transporte público, há uma parada de ônibus na lateral da praça e outra próxima a ela, em frente à escola, permitindo um fácil acesso por esse tipo de transporte. Devido às tipologias viárias presentes na área de entorno, não foram verificados semáforos próximos, dessa forma, o mais próximo está na Av. Godofredo Maciel, fora do raio de 400 metros. Não foram encontrados também redutores de velocidade.

Figura 1: Análise do entorno do Microparque Professor Rosely



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Google Earth e Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Em visita ao local, foi percebido que existe pouca integração do espaço com os serviços que existem próximos a ele, com muros altos cercando estes. Porém, o posto de saúde estava em reforma, fechado por divisórias temporárias. Os brinquedos existentes no parque são

construídos em materiais naturais e trazem propostas de incentivo ao desenvolvimento infantil, alguns presentes em manuais do Urban 95 (IAB, 2021), e ainda pinturas lúdicas no piso e nas paredes.

Figura 2: Pintura lúdica no piso e brinquedos em materiais naturais.



Fonte: as autoras.

Figura 3: Quadra em areia, mobiliário natural e lúdico e cachorrodrômo cercado.



Fonte: as autoras.

A praça tem apenas dois espaços fechados, sendo a quadra e o cachorródromo. Assim, todo o espaço restante é convidativo para todos os públicos, possuindo brinquedos espalhados por toda a área, convidando as crianças a ocuparem todo o espaço. Em geral, existe uma boa integração da natureza, em que se percebe a real presença da criança com a natureza, mantendo-a como parte dos espaços propostos para brincadeiras.

Quadro 3: Ficha de avaliação Microparque Professor Rosely

Parâmetro	Indicadores	Não há	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Comentários
Capacidade de servir às necessidades básicas	O equipamento possui bebedouros	x					
	O equipamento possui banheiros	x					
	O equipamento possui banheiros infantis	x					
	O equipamento possui fraldários	x					
Escala da criança	Os visuais do ambiente seriam agradáveis a uma altura de 95cm?				x		
	Existem mobiliários na escala infantil e direcionadas às crianças?	x					
	Existem sinalizações na escala infantil e direcionadas as crianças?	x					
Contato com a natureza	Existem árvores neste local que são capazes de promover sombra.				x		
	O espaço promove um bom contato com a natureza.				x		
Qualidade da pavimentação	A paginação de piso é capaz de estimular a criatividade das crianças neste espaço.					x	
	A pavimentação é adequada, acessível e segura.					x	
Manutenção do espaço	Os equipamentos estão em boa qualidade				x		
	A limpeza urbana é satisfatória				x		
	A manutenção das vegetações é satisfatória			x			
	A iluminação pública é suficiente				x		

Rotas seguras e acessíveis	As calçadas são adequadas e acessíveis.				x		Piso tátil instalado junto ao intertravado.
	Travessias para pedestres são bem posicionadas, seguras e sinalizadas.		x				Não possui travessias sinalizadas.
	O espaço é acessível, com rampas em seu entorno permitindo o acesso por pessoas em cadeiras de rodas e carrinhos de bebê.	x					
	A sinalização das faixas de pedestre é satisfatória.	x					
	Existem estratégias para proteção do pedestre em relação ao tráfego.	x					
Qualidade dos brinquedos	Os brinquedos têm a capacidade de desenvolver habilidades em diversas fases da infância, permitindo e incentivando o brincar				x		Os brinquedos promovem o desenvolvimento infantil, porém estão em pouca quantidade.
	Os equipamentos são seguros e adequados para as crianças					x	

Fonte: as autoras.

PRAÇA MAIS INFÂNCIA SERRINHA

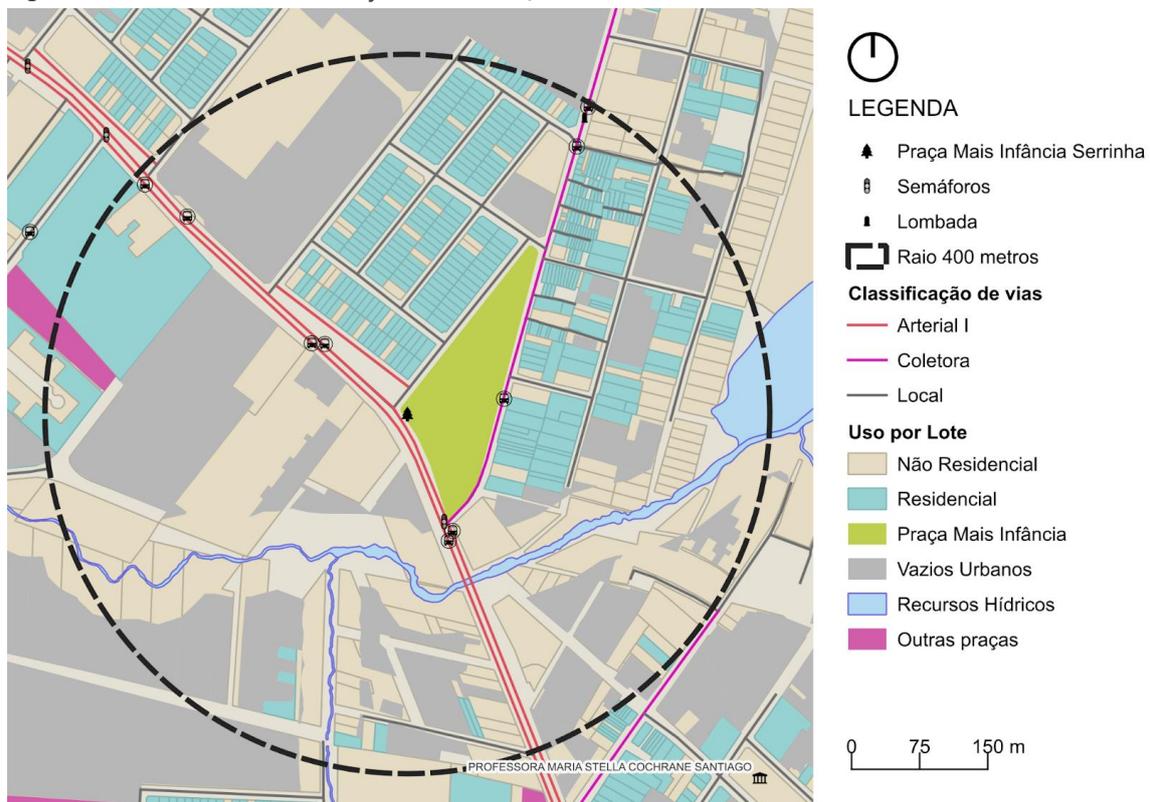
O Governo do Ceará sancionou, em janeiro de 2021, uma política pública permanente intitulada como Mais Infância Ceará. Presente nos 184 municípios do estado, o programa busca desenvolver, em parceria com diversas secretarias, ações para combater as desigualdades sociais e promover justiça social, objetivando garantir o desenvolvimento integral e integrado da criança. Essa política é estruturada em quatro pilares: tempo de nascer, tempo de crescer, tempo de aprender e tempo de brincar. Criar e revitalizar espaços públicos com brinquedos para crianças faz parte do objetivo do tempo de brincar, de modo que a Praça Mais Infância é uma construção desse programa (Secretaria da Proteção Social, sd).

A Praça Mais Infância Serrinha foi implantada em um terreno que costumava ser um vazio urbano e teve sua inauguração em janeiro de 2024. Um dos pontos mais críticos é que este equipamento está parcialmente "cercado" por uma via arterial bastante movimentada (Av. Silas Munguba) e uma coletora (Rua Marechal Bittencourt), dificultando o acesso daqueles que precisarem atravessar estas vias para acessar o equipamento, situação que é piorada

pela quase ausência de semáforos e travessias redutoras de velocidade próximas ao equipamento.

Outro fator crítico é a presença de muitos espaços vazios e quarteirões longos, que acabam gerando insegurança no espaço como um todo, desincentivando o uso de transportes alternativos, além de que não existem ciclofaixas ou ciclovias, reduzindo também a segurança para o ciclista. Devido a presença das avenidas coletoras e arteriais na área, existem muitos pontos de ônibus na área, sendo uma das questões de mobilidade que mais colaboram para o acesso à praça.

Figura 4: Análise do entorno da Praça Mais Infância,



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Google Earth e Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Por fim, não existem outros equipamentos além da praça no entorno de 400 metros, sendo um ponto bastante negativo devido a falta de atrativos para esta região. No entanto, compreende-se que em uma área que há pouco tempo era um grande vazio urbano, seu objetivo por si é também promover o desenvolvimento do espaço ao redor, trazendo movimento para a região, resultado que ainda não foi possível de observar devido ao pouco tempo de sua existência. Enquanto isso, o Microparque teve sua implantação proposta em um espaço onde já havia equipamentos, servindo com uma melhoria, uma proposta dedicada para o lazer, tornando injusta uma comparação entre estes equipamentos sem buscar compreender os seus objetivos por completo.

Figura 5: Berço das árvores e quadra na Praça Mais Infância



Fonte: as autoras.

Figura 6: Playground na Praça Mais Infância.



Fonte: as autoras.

Na visita ao local, foram analisados os parâmetros previamente expostos, de modo que as fichas de avaliação foram preenchidas de acordo com a qualidade do que foi encontrado. A praça é completamente cercada por uma pequena mureta e gradis metálicos, havendo uma clara delimitação do espaço que impossibilita uma livre integração com o meio urbano. Essa mureta também pode prejudicar as visuais das crianças, haja vista que, em alguns pontos, possuem alturas mais elevadas, gerando emparedamento de crianças pequenas. Não há uma integração do espaço com a natureza dentro do perímetro da praça, de forma que as árvores existentes são delimitadas por pequenos muros que segregam as crianças dos elementos naturais.

As necessidades básicas das crianças não são contempladas pelo espaço, não havendo banheiros, bebedouros nem trocadores. Os poucos bancos existentes não são em tamanhos acessíveis para crianças pequenas conseguirem sentar-se sem ajuda de adultos. A paginação de piso é composta por piso intertravado e piso emborrachado nas áreas em que há brinquedos, não há uma ampla diversificação de pisos e nem uma disposição lúdica que estimule os usuários do espaço. Os brinquedos existentes não fogem da monotonia padrão das casinhas e escorregadores, não há um estímulo do brincar livre e desestruturado, de forma que os elementos são fixos e não permitem diferentes formas de uso, além de serem constituídos em grande parte por plástico.

Apesar de haver rampas de acesso à praça, as rotas para se acessar esse espaço público não são bem sinalizadas e não recebem estratégias de proteção aos pedestres. O quadro 4 mostram as fichas de avaliação preenchidas após a realização da análise do espaço.

Quadro 4: Ficha de avaliação Praça Mais Infância

Parâmetro	Indicadores	Não há	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Comentários
Capacidade de servir às necessidades básicas	O equipamento possui bebedouros	x					
	O equipamento possui banheiros	x					
	O equipamento possui banheiros infantis	x					
	O equipamento possui fraldários	x					
Escala da criança	Os visuais do ambiente seriam agradáveis a uma altura de 95cm?		x				A praça é cercada por uma pequena mureta que pode prejudicar as visuais em determinados pontos, atrapalhando a conexão entre a praça e a rua.
	Existem mobiliários na escala infantil e direcionadas às crianças?	x					
	Existem sinalizações na escala infantil e direcionadas as crianças?	x					
Contato com a natureza	Existem árvores neste local que são capazes de		x				Há poucas árvores dentro do perímetro da

	promover sombra.						praça, e estas promovem sombreamento somente na área de academia ao ar livre, enquanto as áreas com brinquedos recebem insolação direta.
	O espaço promove um bom contato com a natureza.		x				Não há a presença de elementos naturais que estimulem as crianças, não havendo areia disponível, nem troncos. os berços das árvores possuem muretas que separam os elementos naturais dos indivíduos.
Qualidade da pavimentação	A paginação de piso é capaz de estimular a criatividade das crianças neste espaço.		x				Paginação de piso é monótona e não possui uma grande variação, oscilando entre piso intertravado cinza e piso emborrachado.
	A pavimentação é adequada, acessível e segura.			x			Acessibilidade comprometida, pois o piso tátil percorre poucas áreas da praça.
Manutenção do espaço	Os equipamentos estão em boa qualidade				x		
	A limpeza urbana é satisfatória				x		
	A manutenção das vegetações é satisfatória			x			
	A iluminação pública é suficiente				x		

Rotas seguras e acessíveis	As calçadas são adequadas e acessíveis.				x		Piso tátil não abrange todas as áreas.
	Travessias para pedestres são bem posicionadas, seguras e sinalizadas.		x				
	O espaço é acessível, com rampas em seu entorno permitindo o acesso por pessoas em cadeiras de rodas e carrinhos de bebê.				x		
	A sinalização das faixas de pedestre é satisfatória.		x				
	Existem estratégias para proteção do pedestre em relação ao tráfego.	x					
Qualidade dos brinquedos	Os brinquedos têm a capacidade de desenvolver habilidades em diversas fases da infância, permitindo e incentivando o brincar		x				Pouca variedade e quantidade de brinquedos; Brinquedos padronizados e monótonos, o brincar livre é desestimulado.
	Os equipamentos são seguros e adequados para as crianças				x		Há a existência de um "pequeno palco" improvisado, com uma escadinha, dentro de um canteiro, com paginação não adequada para amortecer possíveis quedas.

Fonte: as autoras

ANÁLISE COMPARATIVA

Inicialmente, percebe-se uma diferença de destaque nas dimensões dos equipamentos, que tem raízes nas diferentes propostas que buscam ser cumpridas por estes. A Praça Mais Infância prevê a implantação de um projeto padrão de 4.000m², que pela própria definição traz a preocupação da falta de adequação do equipamento ao local de implantação. Por outro lado, os parques naturalizados têm a proposta de ocupar terrenos remanescentes próximos às creches da prefeitura, mantendo dimensões menores e conseqüentemente são projetados com melhor adaptação ao espaço que são implantados.

Ambos os equipamentos têm uma proposta de adequação à infância, de modo que o parque naturalizado considera a importância da integração da natureza, utilizando pisos naturais e brinquedos naturalizados, enquanto a praça segue um modelo mais comum, demonstrando maior preocupação com pavimentação industrial e brinquedos convencionais.

Outro destaque é a forma como os equipamentos são setorizados. No parque naturalizado, foram identificados especialmente três espaços: a quadra, o dog park e o restante das áreas estão livres, correspondendo à função de uso por todo o público que está visitando o espaço. A praça tem uma separação mais clara dos setores, em que o espaço infantil se predomina na área do parquinho, dividindo espaços com diversas outras atividades costumeiramente pertencentes aos jovens e adultos, mantendo o espaço infantil como uma parte do todo. Quanto a isso, compreende-se a necessidade de manter espaços para os cuidadores, mas questiona-se a setorização como um elemento promotor de segregação entre estes espaços, ao invés da integração das crianças a ele.

CONCLUSÃO

Diante das questões analisadas nos dois espaços públicos de Fortaleza, constatou-se uma forte influência do pensamento adultocêntrico na concepção desses ambientes voltados à infância. O parque naturalizado destaca-se por uma abordagem mais alinhada aos conceitos do Urban 95, dedicando o espaço integralmente ao público infantil. Essa configuração favorece a aproximação das crianças com a natureza, além de promover o brincar livre, o desenvolvimento motor e a exploração espacial.

Por outro lado, a Praça Mais Infância reflete uma perspectiva ainda predominantemente adultocêntrica. Apesar de incluir áreas destinadas às crianças, há uma limitação evidente no uso do espaço, que segue o modelo tradicional de "parquinhos" segregados, restringindo a integração das crianças ao ambiente como um todo. Essa delimitação reforça o controle e a vigilância por parte dos adultos, reduzindo oportunidades para a exploração motora e o brincar desestruturado.

Os objetivos desta pesquisa foram atingidos com a construção de uma metodologia de análise espacial fundamentada nos conceitos estudados. Entretanto, para uma compreensão mais abrangente da qualidade dos espaços públicos destinados à infância em Fortaleza, é fundamental expandir o escopo da investigação para incluir outros locais. Assim, a aplicação

desta metodologia poderá contribuir de forma mais significativa para a melhoria do planejamento urbano voltado à primeira infância.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Libros tecnicos e científicos editora, 1981.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 24 de fevereiro de 2024.

BRASIL. **Marco Legal da Primeira Infância**. Lei n. 13.257 de 8 de março de 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm>. Acesso em 24 de fevereiro de 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 24 de fevereiro de 2024.

BRITES, Luciana. **Brincar é fundamental: como entender o neurodesenvolvimento e resgatar a importância do brincar durante a primeira infância**. Editora Gente, 2020.

COHN, Clarice. **Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 13, p. 221-244, 2020.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Urbanização da sociedade fortalezense**. Revista do Instituto do Ceará, v. 122, p. 183-204, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**, 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DODGE, Janine; MARTINS, Marilena Flores. **Da criança cidadã à cidade com crianças**. In: LOEB, Rodrigo Mindlin; LIMA, Ana Gabriela Godinho. Cidade, gênero e infância. São Paulo: Pistache Editorial, 2021.p. 148- 169.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; SANTIAGO, Flávio. **Adultocentrismo e conflito social no cotidiano das crianças: descolonizando a educação**. In: MARÍN CORBERA, Martí; DOMÈNECH SAMPERE, Xavier; MARTÍNEZ i MUNTADA, Ricard (eds.). *III International Conference Strikes and Social Conflicts: Combined historical approaches to conflict*. Barcelona: CEFID-UAB, 2016, p. 850-863

GILL, T. (2007). **No Fear: Growing Up in a Risk Averse Society**. Portugal: Calouste Gulbenkian Foundation.

Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB. **Diretrizes para desenho urbano / Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB**. 1. ed. – Brasília : Editora IAB, 2021.

JACOBS, Jane. Jane Jacobs. **Morte e vida das grandes cidades**, v. 21, n. 1, 1961.

HEYWOOD, Colin. **A history of childhood**. John Wiley & Sons, 2017.

LEVERETT, Stephen. **Children spaces**. In: FOLEY, R.; LEVERETT, S. (Ed.). Children and young people's spaces: developing practice. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

LOEB, Rodrigo Mindlin; LIMA, Ana Gabriela Godinho. **Cidade, gênero e infância**. São Paulo: Romano Guerra Editora e Pistache Editorial, 2021

MUNIZ, Maria Âgueda Pontes Caminha. **O Plano Diretor como instrumento de gestão da cidade: o caso da cidade de Fortaleza/CE**. 2006. 263 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

NEU, Adriana Flávia; BERLEZE, Daniele Jacobi; KUNZ, Elenor. **Criança adulta ou um adulto em miniatura? Reflexões sobre a adultização das crianças**. In: 11º Congreso Argentino de Educación Física y Ciencias, Ensenada, Argentina, 28 de septiembre al 10 octubre de 2015. Memoria Académica. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.7193/ev.7193.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

Nota 10 Primeira Infância: 4 a 6 anos. FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL, 2015. Disponível em: <<https://www.fmcsv.org.br/en-US/biblioteca/nota-10-primeira-infancia---4-a-6-anos/>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2024.

POSTMAN, Neil. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2006

POLGAR, Carmen Pérez del; ANGUELOVSKI, Isabelle; CONOLLY, James. **Toward a green and playful city: Understanding the social and political production of children's relational wellbeing in Barcelona**. Cities, v. 96, 2020.

30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil / Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); [coordenação editorial Elisa Meirelles Reis...[et al.]]. São Paulo: UNICEF, 2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/6276/file/30-anos-da-convencao-sobre-os-direit-os-da-crianca.pdf>>. Acesso em: 10 agosto 2023.

SANTANA, Onélia Maria Moreira Leite de. **Programa Mais Infância Ceará: de programa a política**. Fortaleza: SEDUC, 2022. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Livro-Mais-Infancia-DIGITAL.pdf>>.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Infância e cidade: restrições e possibilidades**. Educação, v. 41, n. 2, p. 232-240, 2018.

Secretaria da Proteção Social. **Mais infância Ceará**. Governo do Estado do Ceará, sd. Disponível em: <<https://www.sps.ce.gov.br/institucional/secretarias-executivas/infancia-familia-e-combate-a-fome/mais-infancia-ceara-destaque/>>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

TONUCCI, Francesco. O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 40, p. 234-257, 2020.

URBAN 95, **Ideias para Parques Infantis 0-3 anos de idade**. Fundação Bernard van Leer.